

ANARQUISMO NO BRASIL

Carlos Humberto Corrêa

INTRODUÇÃO

Durante a última metade do século dezenove, quando o regime monárquico declinava, e nos inícios do vinte, período de consolidação da frágil República brasileira, o país tornou-se profundamente permeável à importação de uma série de ideologias européias que pouco a pouco ou subitamente tentariam modificar o panorama político e as estruturas sociais nacionais.

O surgimento de uma nova sociedade urbana que gradativamente estava fadada a substituir os decadentes mecanismos rurais, a longa abolição da escravidão feita através de decretos e leis quase sempre não respeitados pelos senhores de escravos, o aparecimento de uma forte economia de exportação — o café — que deslocava o eixo econômico para regiões férteis e promissoras, a esperança do porvir de um novo regime — que derrubasse por completo os privilégios de uma monarquia em crise e não bem olhada pelas demais repúblicas americanas, e o surto industrial por que começava a passar o país concentrando fábricas no Rio de Janeiro, e, finalmente, em consequência desta complexa transformação, a grande corrente imigratória custodiada ou não pelo governo central e pelos estaduais, foram os elementos que propiciaram a introdução nas terras virgens dos pensamentos filosóficos e sociais, de ideologias como o Positivismo, no Império; do Socialismo, Anarquismo e Comunismo — e mesmo o Integralismo —, na República, até 1930.

O Positivismo moldou, estruturou e deu forma a República, recebendo adeptos das classes sociais anti-monárquicas, principalmente a média, entre professores, militares e políticos.

As ideologias socialistas, como o Anarquismo e o Comunismo penetraram profundamente na nova classe operária insurgente no país através das palavras e do constante trabalho dos imigrantes (ativistas), provocando as primeiras lutas sociais no Brasil.

O Integralismo, posterior, penetrou em outras áreas e tentou induzir a Nação para caminhos discutíveis.

Neste clima de liberalismo total, apesar das freqüentes repressões governamentais, mas quando as idéias eram discutidas livre e abertamente — en-

tre aqueles que podiam fazê-lo —, nesta tendência a um clima de real democracia em que os pensamentos diversos pululavam e coloriam as páginas dos jornais, justamente a maioria das ideologias se caracterizava por um sentido anti-democrático e lutavam, entre si, por suas permanências, justificando, paradoxalmente, a consolidação da Democracia. O Positivismo brasileiro, que apesar de ter sido introduzido no país durante o Império só influenciou politicamente durante os inícios da República, propugnava uma política científica que «implicava no término do sistema representativo e no começo do regime ditatorial, a ser exercido por quem houvesse assimilado seu espírito» (1). O Comunismo, que teve sua estrutura consolidada a partir de 1922 com a fundação do PC por homenes provindos de camadas as mais variadas, mas quase todos de formação anarquista, pretendia, de acordo com os Congressos da Internacional Comunista, a ditadura do proletariado.

Finalmente, o Integralismo, versão brasileira do nazi-fascismo; também não nos parece com boas pretensões democráticas.

Talvez a única das ideologias que aparentemente não apresentava fortes tendências anti-democráticas, mesmo baseado em princípios até certo ponto utópicos, era o Anarquismo que, de todas, mais profundamente e por maior espaço de tempo mais influenciou certo tipo de classe social emergente — a operária, e que nos propomos estudar nas páginas seguintes.

A SOCIEDADE E A ECONOMIA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

A história do movimento anarquista no Brasil está intimamente ligada a das lutas sociais operárias, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, com naturais ramificações em outros estados. A industrialização nascente, mercado de trabalho desta nova classe social, por sua vez, deveu-se ao grande fluxo migratório de origem européia que se localizou primeiramente nas áreas rurais de produção de café no interior de São Paulo e Vale do Paraíba e, posteriormente, nos grandes centros urbanos, incentivada que foi pelo acúmulo de capitais oriundos da própria economia cafeeira de exportação.

A necessidade de exportação de café para o exterior, através dos portos, em quantidade e a baixo custo, exigiu a abertura de redes ferroviárias que passaram a representar o elo entre a fonte de produção e os centros exportadores. A consolidação do porto de Santos, por exemplo, deu-se a partir de 1867 com a abertura da Estrada de Ferro Santos Jundiá. Em consequência da necessidade de mão-de-obra portuária, em Santos reuniu-se o primeiro grupo de trabalhadores urbanos, que passaram a lutar por direitos trabalhistas e sociais a partir do início do século e durante os anos seguintes.

A indústria de tecidos de algodão, que estava concentrada no Estado da Bahia, desloca-se para o centro-sul, principalmente para o Rio de Janeiro, e a partir da segunda década deste século, para São Paulo. A sede dos grandes bancos financiadores da indústria, a rede ferroviária e um considerável excedente de mão-de-obra oriunda do setor agrícola, além do emprego da energia a vapor, foram os elementos que atraíram a indústria para o Rio de Janeiro, formando condições para o surgimento de um proletariado industrial na Capital do

país (2).

Em São Paulo, a industrialização vinculou-se estreitamente à empresa cafeeira, a partir da extinção do tráfico de escravos e o aparecimento de núcleos urbanos no interior da Província. Com a proibição do tráfico externo de escravos, continuou, ainda, o interno, com alta considerável e justificável de preços, principalmente dos escravos provenientes das regiões central e nordeste do país, o que resultou na concentração desse tipo de mão-de-obra nas atividades mercantis. Mais tarde, com a abolição da escravatura, «transformando em assalariados milhares de trabalhadores, e a necessidade de amparar, por meio de créditos, a influente classe dos ex-proprietários de escravos, levou o governo imperial a adotar uma política de facilitação de créditos e de aumento do meio circulante. Essa política, aliciada à prosperidade do país, graças à enorme safra cafeeira de 1888-1889 e ao afluxo de capitais estrangeiros, principalmente sob a forma de empréstimos governamentais, provocou uma expansão dos negócios que se traduziu pela formação de inúmeras empresas comerciais e industriais», segundo Nícia Vilela Luz (3).

E foi neste momento, o da extinção total do sistema escravagista, e a introdução das grandes levas de imigrantes, quando as relações capitalistas de produção são constituídas, que foi dado o grande impulso ao crescimento acelerado da cidade de São Paulo, principalmente a partir de 1890, em que a população passou de 64.934 habitantes para 239.890, na década seguinte (4).

A imigração estrangeira no país foi, finalmente, a grande alavanca desenvolvimentista dos fins do século dezenove e inícios do atual.

Num estudo profundo sobre o problema, Maria Tereza Petrone divide em duas as tendências da política imigratória no Brasil, desde D. João VI até o período republicano: uma tendência, caracterizada pelo emprêgo do imigrante em substituição ao escravo, na grande lavoura; outra, em posição diferente, pela localização do imigrante em pequenas propriedades (5).

«Pode-se perceber bem nitidamente estas duas tendências analisando os propósitos de duas sociedades fundadas alguns anos antes da Proclamação da República. No Rio de Janeiro funcionou entre 1883 e 1891 a Sociedade Central de Imigração que defendia a imigração para a pequena propriedade, refletindo a mentalidade de seus sócios que em grande parte eram intelectuais liberais como o Visconde de Taunay, André Rebouças, Blumenau, Koseritz, Orville Derby, Beaurepaire Rohan e outros, representando uma classe média urbana, defendendo uma visão um tanto romântica de promover a transformação de um país de latifúndios escravocratas em um de pequenas propriedades policultores através do estabelecimento de um campesinato à européia, idealizado como tipo social. A Sociedade Promotora de Imigração, fundada por fazendeiros paulistas em 1886, sob inspiração do Conde de Parnaíba, então Presidente da Província, tinha como finalidade promover a vinda de braços para a lavoura do café. Funcionou até 1896, tendo recrutado cerca de 120.000 imigrantes, em sua maioria italianos, para São Paulo. Quando a corrente imigratória estava segura, graças à sua intervenção, desapareceram» (6).

Após a Proclamação da República, com o intuito de incentivar mais a imigração, o governo central transferiu as incumbências do patrocínio da vinda de europeus para os Estados. Desta maneira, as unidades da Federação mais ricas lucraram com a medida, como é o caso de São Paulo, onde a imigração desti-

nou-se principalmente a fornecer mão-de-obra para a lavoura, para substituir o escravo na plantação do café.

No período de 1889 a 1930, quando houve o grande surto imigratório em São Paulo, entraram no Estado cerca de 2.033.654 imigrantes, isto é, 57,7% do total do Brasil (7). Deste total, um terço, ou 694.489 eram italianos, seguidos por espanhóis (374.658) e portugueses (362.156), além de outros como japoneses, alemães, austríacos, etc.

Entretanto, não só na lavoura se fixaram tais imigrantes. Um grande número deles dirigiu-se inicialmente — ou mais tarde, com as várias crises do café — para os centros urbanos, contribuindo não só para a própria urbanização, como também para o desenvolvimento industrial que se iniciava. O afluxo para a cidade de São Paulo passa a ser tão grande que, em 1920, dois terços da população urbana é composta por estrangeiros e seus descendentes.

Já, antes, em 1893, segundo mostra Paulo Sergio Pinheiro, dos 24.433 operários empregados na indústria da cidade de São Paulo, 20.180 são estrangeiros, isto é, 82,5%, aumentando, em 1900, para 92%, sendo que, destes, 81% eram italianos (8).

«Assim, como pode ser depreendido do conjunto de indicações relativas ao número de operários imigrantes, apesar das limitações e imprecisões das fontes, fica evidente um dado: ao se falar de classe operária no Brasil entre o final do século XIX e o final da Primeira República se faz referência a uma classe onde o imigrante estrangeiro é predominante. Esse dado terá conseqüências ao nível da consciência e da organização dos trabalhadores» (9).

A proporção entre a população urbana e a rural cresce cada vez mais em favor da primeira, transformando São Paulo um centro integrador regional e suplantando, em população, as várias cidades que até então registravam maior progresso. Em 1890 São Paulo era classificada como a quinta cidade brasileira, abaixo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém; nos primeiros anos do nosso século, porém, já alcançaria o segundo lugar, estando somente atrás da Capital da República.

As indústrias paulistas se multiplicavam e começavam a aparecer bairros operários onde se localizavam as fábricas de maior ou menor porte, instaladas juntas com as moradias dos operários. Tais núcleos, conjuntamente com o aparecimento de grupos separados pela etnia dos imigrantes, que tinham os idiomas nacionais como padrões domésticos pelos quais os operários conversavam e discutiam seus problemas agravados cada vez mais pela baixa situação social com que eram tratados nas fábricas, tais núcleos constituíam-se células estrangeiras de reação e elaboração de ideologias.

Por outro lado, «no interior de cada grupo de trabalhadores estrangeiros, a identidade de classe, com todos os limites, tendeu a superar a identidade nacional. Isto se deu à diferenciação social interna do grupo e à inexistência de uma xenofobia manifesta permanente, por parte da oligarquia dominante», como bem observa Boris Fausto (10).

AS LUTAS SOCIAIS E O ANARQUISMO

Desde os inícios dos primeiros agrupamentos de operários em qualquer que fosse a categoria, sentiu-se logo a necessidade de organização em Associações, Sindicatos, Corporações ou outras entidades com o objetivo de proteção mútua, reivindicações, conscientização de classe ou mesmo local de reunião.

Assim, já em 1856, funda-se a Sociedade Beneficente dos Cocheiros, com sede no Rio de Janeiro, a Sociedade Beneficente do Arsenal da Marinha da Corte e a Associação Protetora dos Caixeiros, ambas em 1858, só para citar as três primeiras mencionadas por Hermínio Linhares (11), seguindo-se, sucessivamente, em todos os estados em que houvesse operários, da organização e fundação de centenas de outras. As reivindicações eram feitas e, quando não atendidas, os operários entravam em greve, procedimento que se tornou cada vez mais freqüente durante certas épocas.

A primeira greve registrada no Brasil foi dos tipógrafos, em 1858, cujo trabalho não era regulamentado e os operários trabalhavam quase que vinte horas diárias. Por causa da negativa de um aumento de dez tostões diários, feita pelas direções dos jornais «Diário do Rio de Janeiro», «Correio Mercantil» e «Jornal do Comércio», os tipógrafos pararam seus trabalhos (12).

A partir da República, entretanto, as organizações tomam formas mais concretas e duradouras, tornando mais objetivas as reivindicações e mais eficazes as lutas para as alcançarem, principalmente a partir do momento em que o próprio operário se conscientiza da importância de seu trabalho na indústria e das conseqüências, para os patrões, de uma paralização total.

A atitude do Governo sempre tendia para uma não intervenção nos movimentos considerando que em geral as greves eram consideradas simples problemas entre patrões e empregados. Somente quando houvesse manifestações turbulentas, saía a Força Pública para dissolver os tumultos e prender os mais agitados. A concepção de que o problema social era mais um problema de polícia, segundo declaração de Washington Luiz, era a idéia reinante.

Nas campanhas eleitorais à Presidência da República durante os dez primeiros anos do século, o silêncio entre os candidatos quanto ao problema dos trabalhadores, era normal. Somente em 1910, quando da disputa entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, em que o primeiro, militar, representava o autoritarismo e a oligarquia da época, e o segundo, considerado a expressão do liberalismo e das liberdades públicas, o problema foi levantado. Entretanto, Rui Barbosa, que tinha como principal sustentáculo o apóio das oligarquias paulistas, ainda não se interessava pelas questões operárias, enquanto que Hermes da Fonseca referia-se freqüentemente ao problema. E foi eleito. Mais tarde, entretanto, durante o triênio 1917-1920, após a morte de Rodrigues Alves, quando concorreram novamente Rui contra Epitácio Pessoa, o primeiro propôs longo programa em prol do proletariado como a necessidade de uma legislação fabril, jornada de trabalho, igualdade salarial entre os sexos, regulamentação do trabalho menor, entre outros. Apesar de não ter sido eleito, recebeu, entretanto, significativa votação, vencendo no Rio de Janeiro e obtendo um terço dos votos

em São Paulo, as duas maiores concentrações industriais do país.

Considerando que a grande maioria dos operários, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, eram de nascimento italiano, português ou espanhol ou filhos destes, natural que houvesse por parte dos patrões, da população, da própria imprensa diária do país e principalmente dos trabalhadores brasileiros, certas restrições a seus colegas estrangeiros e mesmo rivalidades mais profundas entre eles. Entre os próprios estrangeiros havia isto, pois o português era considerado normalmente como uma fura-greves, entre os italianos.

Desde cedo as lutas operárias tiveram um caráter político-ideológico. Em 1890, o Centro Artístico do Rio de Janeiro transformou-se no Partido Operário. Dois anos mais tarde realizou-se o I Congresso Socialista do Rio de Janeiro, resultado dele a fundação do Partido Socialista Brasileiro. Nos estados, outras agremiações congêneres tomam vulto, como o Partido Operário de Fortaleza, o Partido Socialista do Rio Grande do Sul e outros, todos de origem operária. Em 1902 realizou-se em São Paulo a Segunda Conferência Socialista Nacional que reuniu corporações de São Paulo, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraná e Sergipe, num total de 37. Dela resultou o novo Partido Socialista Brasileiro, de origem operária.

Todos estes movimentos tiveram como tema central a luta de classes entre a burguesia e os assalariados e nada mais natural que suas penetrações nas classes operárias.

Todos de caráter eminentemente socialista, o que teve mais influência no meio operário, desde o início do século, foi o Anarquismo, que se corporificou logo após a implantação da República, trazido por imigrantes de origem italiana, portuguesa e espanhola, onde o movimento mais pesava, na Europa. Implantaram-se no Brasil através da organização de grupos, publicações de jornais, boletins, panfletos e livros, além da realização de conferências, comícios e, mais ativamente, nas agitações operárias.

Vários congressos operários foram orientados pelos anarquistas no Rio de Janeiro, em São Paulo, Porto Alegre e Pernambuco. Na capital da República, após os Congressos de 1906, 1913 e 1920, resultou a fundação da Confederação Operária Brasileira.

«Partindo do marco zero das reivindicações dos trabalhadores — desde, mais acentuadamente, o começo do século — lançou-se o movimento proletário, orientado pelos anarquistas, nas pelejas contra o arbitrio patronal e estatal; pela regulamentação dos horários de trabalho, objetivando a jornada de oito horas; pelo aumento dos salários, com a abolição de descontos e multas; pela regularização do trabalho das mulheres e menores; pela instituição das férias remuneradas; pela segurança e higiene nos locais de trabalho; pelo respeito à pessoa do trabalhador e de suas organizações — por tudo, enfim, que se patenteava necessário para minorar as conseqüências da exploração capitalista e melhorar a situação econômica, profissional e moral dos que trabalham». (13).

Durante os primeiros quinze anos deste século o Governo Italiano manteve um agente, junto ao Consulado de São Paulo, para vigiar os grupos anarquistas de origem italiana. Paulo Sergio Pinheiro e Michael M. Hall, na coletânea de documentos sobre o operário brasileiro, publicam o Relatório deste agente que

apresenta aspectos interessantes de serem vistos. Eis alguns trechos:

«... Os grupos anarquistas existem no Brasil mais de nome que de fato. A ação e a propaganda isoladas e individuais de parte de indivíduos em sua maioria privados de qualquer cultura são a norma do ambiente anarquista... Mas são grupos criados ou mantidos quase mais por ambição pessoal dos chefes ou secretários de grupo, como se costumam chamar, que não têm e não querem ter a reputação de organizações verdadeiras e estáveis, como de resto é norma nos princípios do anarquismo. Mencionei os de São Paulo como os mais notáveis e dos quais algum, como direi, é foco daninho — se não perigoso — de propaganda.

.....
Impotentes por si mesmos, incapazes mesmo se examinados individualmente, de uma ação de violência material com fins políticos, como de uma propaganda intelectual, profunda, das teorias anarquistas, os anarquistas italianos no Brasil, compreendendo cerca de um milheiro todos, despertam ou adormecem em sua atividade subversiva e de cooperação em motins de rua ou mais freqüentemente em reais ou pró-prios atentados contra as propriedades e as pessoas, segundo, ousou afirmar, a condição econômica, mais de ânimo, pela qual passam;
Existem naturalmente muitos indivíduos de convicção profunda, ... mas é o ódio inveterado contra tudo quanto é ordem, propriedade, conceito de família, da moral pública, etc., que anima sempre, ou quase sempre a sua tendência insatisfeita de viver às custas alheias; ...».

Justificando sua ação e, provavelmente, a visão deturpada ou condescendente que tinha da realidade a respeito dos anarquistas no Brasil, apesar deste relatório ter sido escrito ainda em 1909, quando o movimento libertário ainda não era dos mais significantes em relação à anos seguintes, Cesare Alliaia Bronner — este era o nome do agente — continua em outra parte:

«Minha ação de reservada vigilância sobre todos estes não foi mais fácil e segura. Justamente por esse caráter instável e malicioso, direi eu, da maioria desses compatriotas, saídos em grande parte da Itália por delitos comuns ou políticos, estreitamente ligados aos primeiros, é necessário segui-los, como procedo quotidianamente, em suas manifestações, em seus movimentos e passeios, irriquiotos, dum ponto a outro do território».

Em relação ao declínio, na época, da ação anarquista, ele assim se refere:

«Os anarquistas nos anos passados se sentiam ou se julgavam mais fortes e animados em sua propaganda de ação e de violência, por uma certa atividade que os ligava aos partidos similares; mas, entradas, como há pouco expliquei, os grupos socialistas numa órbita diversa, eles, os anarquistas, num país tão conservador, dos seus métodos de violência e das suas aspirações de destruição da propriedade privada, sentiram-se desencorajados e agora estão muito menos dispostos que no passado, esquecidos pelas polícias locais nas suas medidas preventivas; a não ser quando promovem repressões ferozes, desde que, não apenas no terreno das teorias, operários organizados ou anarquistas passam a provocar motins de rua.» (14)

O Anarquismo tinha seus líderes, seus propagadores que, principalmente através da imprensa operária, divulgavam as principais linhas do movimento.

Luigi (Gigi) Damiani, nascido na Itália, veio para o Brasil ainda moço, iniciando seu trabalho como operário de construção. Ingressou na política anárquica e nela atuou ativamente de 1890 a 1919. Escreveu para diversos jornais, en-

entre eles «A Plebe» e «La Bataglia». Deportado do Brasil em 1919, serviu ao movimento anarquista na África do Norte e na Europa.

Edgard Leuenroth, brasileiro nascido em 1881, filho de imigrante alemão e mãe brasileira, deixou a escola primária antes de completar o curso. Empregou-se como menino de escritório, balconista e aprendiz de tipógrafo. Posteriormente transferiu-se para a imprensa, como profissional em quase todos os setores. Iniciou na imprensa operária, em 1904, no jornal «Trabalhador Gráfico», sendo, no ano seguinte, redator de outro órgão anarquista, «A Terra Livre». Como diretor, garantiu a tiragem de «A Lanterna», jornal eminentemente anti-clerical. Em 1917, fundou «A Plebe» e dois anos mais tarde ajudou a fundar «A Vanguarda». Foi um dos fundadores da Federação Operária de São Paulo, em 1905, e tomou parte nos preparativos dos três primeiros congressos operários brasileiros realizados no Rio de Janeiro em 1906, 1913 e 1920. Sendo um dos líderes mais importantes do Anarquismo brasileiro, veio a falecer em 1968.

Primitivo Raimundo Soares, conhecido como Florentino de Carvalho, nasceu na Espanha em 1871, vindo com seus pais, para o Brasil, como imigrantes. Em 1898 entrou para a Força Pública de São Paulo. Abandonando a carreira militar, como sargento, foi para Santos onde trabalhou nas docas. Mais tarde tornou-se tipógrafo e, dentre suas atividades, fundou Escolas Modernas para trabalhadores em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e na Argentina, após ser expulso do Brasil.

Outro líder anarquista foi Gregório Vasconcelos, nascido em 1878, em Portugal. Diplomado pela Universidade de Coimbra, veio para o Brasil em 1900. Essencialmente propagandista do movimento, não participou de congressos e manifestações operárias, mas escreveu muito, principalmente nos periódicos «O Amigo do Povo», «A Terra Livre» e na revista «Aurora». Faleceu em Portugal, em 1920, trabalhando para o movimento operário local.

Finalmente, outro nome de liderança anarquista foi José Oiticica, brasileiro, nascido em 1882, em Alagoas, Filho de família tradicional (o pai foi Juiz e, mais tarde, Senador da República), cursou a Faculdade de Direito, mas cedo abandonou a carreira jurídica, entrando para o Magistério, quando foi professor de português no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Ingressou para o movimento anarquista em 1912 e, daí em diante, dedicou toda a sua vida a ideologia libertária. Faleceu em 1957.

Outros anarquistas de projeção foram os médicos Silvério Fontes e Fabio Luz, os escritores Octávio Brandão, Lima Barreto e Raul Pompéia, e o jornalista Astrogildo Pereira. Alguns destes, posteriormente, tornaram-se comunistas, como Astrogildo que foi um dos fundadores do PC, em 1922.

Entretanto, estes não foram os primeiros anarquistas no Brasil, pois, em pleno Segundo Reinado, aqui chegaram imigrantes defensores da ideologia que foram diretamente para o campo e receberam terras doadas ou vendidas, a longo prazo, de D. Pedro II e fundaram colônias comunitárias, como a Colônia Cecília, no Paraná, fundada pelo imigrante italiano Giovanni Rossi, engenheiro agrônomo; Guararema, fundada em 1888, em São Paulo, por Antônio Campag-

nolli, mestre escultor, e Colônia Vaspa, no município de Assis, também em São Paulo.

A respeito da Colônia Cecília, é bom que nos detenhamos um pouco para conhecer as condições em que ela foi fundada: quando da viagem do Imperador brasileiro D. Pedro II à Europa, em 1888, para tratamento de saúde, Giovanni Rossi, amigo do compositor Carlos Gomes, propõe-se a visitar o Imperador. Impedido de fazê-lo em virtude das más condições de saúde do Imperador, é adiada a visita. D. Pedro, entretanto, tomando conhecimento do trabalho do anarquista italiano «Il Commune in Riva al Mare», impressiona-se com o conteúdo do mesmo e escreve ao seu autor oferecendo a oportunidade de pôr em prática a teoria de Rossi, doando trezentos alqueires de terras no Paraná, onde se instalaram os anarquistas e fizeram prosperar a agricultura (15).

Já na República, além dos congressos socialistas e de caráter proletário, a importante lança de divulgação das idéias anarquistas, em grande quantidade e de tiragem relativamente importante, eram os jornais operários. Tais órgãos, de vida efêmera alguns e de maior durabilidade outros, eram diários ou semanários de poucas páginas, vendidos ou distribuídos nas fábricas onde se faziam leitura em volta alta para os operários que não soubessem ler. Todos os jornais, mesmo aqueles que não tinham caráter essencialmente de propaganda ideológica, aceitavam artigos de anarquistas ou puramente socialistas.

Maria Nazaré Ferreira, em excelente trabalho sobre a imprensa operária durante o período de 1880 a 1920, fez o levantamento das publicações da época: registrou 60 jornais editados em língua estrangeira principalmente na capital de São Paulo, sendo a grande maioria em italiano e espanhol. Quanto aos de língua portuguesa, classificou 191 editados em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo 94 para a primeira cidade e 97 para a Capital da República. Em relação aos jornais publicados em outros estados, a autora conseguiu uma lista de 90 (16). Algumas destas publicações, dependendo da época, tinham tiragem regular superior a 20.000 exemplares.

Entretanto, parece que nem tudo eram flores no que diz respeito à divulgação e leitura dos jornais libertários. Em 1913, por exemplo, o jornal «La Barricata» publica artigo que traduz, de forma franca, os problemas encontrados em São Paulo, como segue:

«A nossa propaganda não é ainda bem entendida pela maior parte dos companheiros. Se é bem entendida certamente é muito negligenciada.

Os nossos companheiros não devem acreditar já ter cumprido toda sua obrigação porque deram ajuda financeira. A eles cabe difundir o jornal entre as multidões trabalhadoras, e fazer o mesmo com todas as nossas outras publicações de propaganda. Se poucos companheiros conseguem vender até quinhentos ou seiscentos bilhetes para uma festa nossa, não deveria ser possível distribuir em São Paulo mil exemplares do nosso jornal semanalmente, ainda mais que poderiam dá-lo a muitos, mesmo sem pagar? Em tempo de calma, deve-se fazer a propaganda, com as nossas palavras e publicações indo à procura dos trabalhadores e os obrigando a nos ouvir para sermos compreendidos e considerados por aquilo que somos. Os anarquistas se fazem assim...» (17).

Outra arma de luta dos anarquistas era a greve, objeto de protesto do operário contra as formas de exploração econômica e social. De maneira limitada, no início da República, gradativamente foram tendo sua posição na vida diária do operário, até eclodirem, em 1917, na grande greve de São Paulo e, no ano seguinte, no Rio de Janeiro, insufladas pelos anarquistas. «Quando as greves se alargam, se interpenetram, é porque está próximo o momento de Greve Geral; e uma Greve Geral, com idéias de liberdade que reinam hoje no proletariado, só pode conduzir a um grande cataclisma que dará uma nova estrutura à sociedade». (18).

AS IDÉIAS ANARQUISTAS

O Anarquismo é um sistema de pensamento social que visa modificação na estrutura da sociedade, tendo por objetivo derrubar a autoridade do Estado e substituí-lo pela cooperação não governamental entre os indivíduos. «Para o anarquista, dentre todos os prejuízos que cegam o homem desde tempos imemoriais, o Estado é o mais funesto de todos», segundo Daniel Guérin (19). Esta idéia não começou somente a partir do século dezenove, mas já antes, no fim do dezoito, o inglês William Gowin, em seu livro «Justiça Política», desenvolvia a proposta. Mais tarde, Joseph Proudhon defendia idéias semelhantes, tendo influenciado durante todo o século dezenove os socialistas europeus. Proudhon era considerado anarquista reformista, enquanto que o anarquismo revolucionário, por sua influência, foi seguido por Miguel Bakunin, um ex-príncipe russo vivendo na Europa ocidental e que tornou-se a figura principal do movimento anarquista, além de Kropotkine, Malatesta, Reclus, Guérin e outros.

Como o princípio geral de ideologia anarquista é a liberdade e a igualdade totais, naturalmente que, dentro desta liberdade, as variações de pensamento são aceitas quando visam derrubar o Capitalismo e o Estado. Argumentando que os recursos naturais são de propriedade de todos, a propriedade particular é a principal fonte dos problemas da sociedade e a propriedade, particular ou estatal, só serve para garantir a sobrevivência do Estado.

«O Estado, como já disse, é, pelo seu próprio sentido, um imenso cemitério onde vêm sacrificar-se, morrer e enterrar-se todas as manifestações da vida individual e local, todos os interesses parciais de cujo conjunto derivam a sociedade. É o altar onde a liberdade real e o bem-estar dos povos são imolados à grandeza política e quanto mais esta imolação é completa, tanto mais o Estado é perfeito. O Estado é uma abstração devoradora da vida particular, disse já eu, mas para que uma abstração possa nascer, desenvolver-se e continuar a existir no mundo real, é preciso que haja um «corpo» coletivo real que esteja interessado na sua existência. Este, não pode ser constituído pelas massas populares dado que são elas exatamente as suas vítimas: tal corpo deverá ser constituído, isso sim, por pessoas privilegiadas, o corpo sacerdotal do Estado, a classe que possui e governa, que é, no Estado, o que são os sacerdotes e os padres da religião na Igreja». (20)

Apesar de se considerarem socialistas, pois defendem a liberdade para todos e melhores condições sociais, denominam-se «libertários», também. Os anarquistas não aceitam, entretanto, a socialização da propriedade, dizendo-a insuficiente, pois tal socialização dependerá do Estado e, enquanto este existir, continuará a existir a exploração. Todo trabalho deverá ser organizado em função das necessidades da população e não para acumular lucros e riquezas. A

humanidade, em função de suas necessidades, composta de homens livres, capazes de cooperarem para seu próprio bem, não precisa de leis, pois as leis só são feitas para os fracos. «... na realidade, quem faz as leis são os grandes possuidores ou seus apadrinhados, metidos por eles nos parlamentos...», e «todos os parlamentos são subservientes e, longe de representarem o povo, representam os exploradores do povo» (21).

«Em política não se pode ter escrupulos: em política, um homem de caráter é um idiota; uma pessoa de princípios é um imbecil --- O político não tem princípios mesmo que o afirme em voz alta». (22).

Malatesta, além de propôr a abolição completa do Estado e de qualquer poder que faça leis, propõe também a abolição de todos os elementos que lhe são próprios (23). Conseqüentemente, nunca o Anarquismo pretendeu ter uma atuação político-partidária, como as outras ideologias socialistas. No Brasil, ao invés de nascer um partido político, os anarquistas organizaram a COB — Confederação Operária Brasileira, aos moldes da CGT francesa, isto é, um sistema federativo de organizações trabalhistas, garantindo aos operários a mais ampla autonomia nos sindicatos.

Ainda Malatesta propõe a garantia, a todos, dos meios de vida, de desenvolvimento, de bem estar, particularmente à crianças «e a todos os que sejam incapazes de prover à própria subsistência», e «guerra a todos os preconceitos religiosos e a todas as mentiras, mesmo que se ocultem sob o manto da ciência, além de instrução completa para todos, até os graus mais elevados». Quanto à educação, os anarquistas não desconheciam sua importância na formação do caráter do indivíduo e, conseqüentemente, no melhoramento da sociedade humana. Entretanto, a escola tradicional, segundo eles, serve mais como formadora de seres passivos «flutuando ao sabor de sugestões mal definidas, do que homens aptos para os embates da vida intensa dos nossos dias e capazes de influir para um melhoramento progressivo do meio em que se agitam como fatores sociais» (24). Por isto, o Estado e a Igreja disputam entre si a primazia da instrução e limitam a liberdade, a responsabilidade e a autodisciplina das pessoas. A liberdade é um produto do ambiente onde nem mesmo a liberdade é imposta, mas exercida; a responsabilidade, porque a liberdade está condicionada à liberdade dos semelhantes, e a autodisciplina porque os atos dos indivíduos devem estar de acordo com os interesses da coletividade e não impostos por códigos ou regras de moral.

Bakunin, num texto sobre a instrução integral, combate os «socialistas burgueses» que pedem «apenas alguma instrução para o povo», enquanto que os «democratas socialistas» exigem «para o povo, a instrução integral, toda a instrução, tão completa quanto o permite a capacidade intelectual do século, a fim de que acima das massas, não possa existir nenhuma classe que saiba mais de que eles, que os possa dominar e explorar» (25). O autor parte do princípio de que, enquanto houver dois ou mais graus de instrução para os diferentes níveis da sociedade, haverá, necessariamente, classes, e com elas, privilégios econômicos e políticos para uma minoria dominante e escravidão e miséria para a maioria dominada. Entretanto, reconhece a impossibilidade de qualquer inteligência abarcar todos os ramos do saber, mas acha absolutamente necessário um conhecimento geral de todas as ciências. Como solução, divide o ensino em duas partes: «a geral, que fornecerá os principais elementos de todas as ciên-

cias, sem excessão bem como um conhecimento, não superficial, mas real, do seu conjunto; e a especial, necessariamente abrangerá em toda a sua especialidade um certo número de ciências que, pela sua própria natureza, são particularmente chamadas a complementarem-se» (26).

No Brasil os anarquistas puderam, por várias oportunidades, mostrar a eficiência ou não de suas teorias sobre ensino e educação. Fundaram a Universidade Popular de Ensino Livre, em 1904, no Rio de Janeiro, na qual figuravam entre os professores, Silvio Romero, José Verissimo, Felisberto Freire, Fabio Luz, Vicente de Souza, Elisio de Carvalho e o artista Eliseu Visconti. Em São Paulo abriram as Escolas Modernas do Brás e do Belenzinho, nos moldes das Escolas Modernas de Barcelona. Dirigidas por Adelino de Pinho e João Penteado, eram mistas, sem exames nem promoções, tendo sido fechadas, pelas autoridades, em 1918 (27).

A luta anticlerical promovida pelos anarquistas era das mais ferrenhas. Neste campo, tornou-se famoso o jornal «A Lanterna», que se constituiu no principal porta-voz do movimento. Fundado em 1901 por Benjamim Motta, teve sua tiragem interrompida em 1904, reaparecendo em 1909, sob a direção de Edgar Leuenroth.

Para Oiticica, a «religião é um dos processos de subjugar o povo fazendo-o crer num ser onipotente, invisível, dono do Universo, castigador dos maus, premiador dos bons. Os maus, naturalmente, são que se desviam das normas ditadas pelos sacerdotes e atribuídas à divindade. Os bons são os que a elas se conformam sem nenhum protesto» (28). Para o autor, a religião é inimiga dos trabalhadores «porque lhes peia a mentalidade, lhes ensina absurdos e mentiras mediante os quais lhes vai sugando uma porção dos seus já minguados recursos».

Entretanto, é na luta direta contra o clero, publicada em «A Lanterna», que vamos encontrar os textos mais significativos. Os padres, em princípio, eram considerados membros do «exército negro do Vaticano que vem aqui semear a discórdia nos lares e na sociedade, estabelecer a guerra entre a esposa e o esposo, esperançados de levantarem entre as ruínas da nova sociedade civil, a bandeira negra de uma teocracia nefasta, salpicada de sangue e reluzente de ouro» (29). O mesmo jornal compara o padre «a uma aranha, que com a teia caça moscas e lhes chupa o sangue. Mas não lhe basta a teia: ele tem uma infirmitude de armadilhas e é um terrível estuprador que não olha os sexos» (30). Sexo, padres e freiras são temas constantemente ligados, onde a denúncia de violências sexuais praticadas por eles são alvo freqüente.

Por ocasião da morte do Para Leão XIII, assim se referiu «A Lanterna»:

«Morreu o Papa Leão XIII. A mentira convencional e a hipocrisia interesseira traçam neste momento encomiásticas necrologias do velho inútil que expirou no Vaticano, em dias da semana que hoje se finda. Durante 25 anos Joaquim Pacci ocupou o sôlio pontifício e nesse longo reinado nada mais fez do que mentir àqueles que esperavam ouvir de sua boca a suprema verdade! Ele ... se não fosse um padre romano no rigor da palavra, repeliria a tiara, símbolo da mentira; não cingiria essa coroa de rei da terra, enlameada nos festins incestuosos dos Bórgias e de João XXII... Vigário de Cristo! Leão XIII, vigário de Cristo? Admitindo-se os Evangelhos como traduzindo os ensinamentos de Cristo, Leão XIII foi apenas um vilíssimo traidor à

doutrina do Mestre. Cristo revoltou-se contra os tiranos e combateu-os; Leão XIII foi um servil laçao dos grandes e um inimigo encarniçado de sua vítimas. Fez ele acaso ouvir um grito de compaixão em favor dos armênios massacrados barbaramente pelos turcos? Condenou ele a selvageria inglesa no Tranval e as infâmias européias na China? Verberou ele as infâmias do Estado Maior da França, fazendo falsos sobre falsos para ver se não lhe escapava a vítima inocente que agonizava na Ilha do Diabo? Apiedou-se ele dos pobres pretos africanos que os machados dos exércitos europeus friamente assassinaram, queimando suas aldeias, em nome da civilização? Ouviu-se-lhe uma censura sequer contra o espingardeamento que, um pouco em toda parte, tem feito os governos, dos trabalhadores que procuravam reivindicar seus direitos? Não! Antes, numa encíclica famosa, a de 1º de janeiro de 1900, disse o papa que vem de morrer, que os reis precisam se unir para opor um dique ao apetite insaciável dos povos!» (31)

Ainda Malatesta, em seus princípios gerais do Anarquismo, propugna a libertação completa da família de modo que ela seja somente o resultado do amor e livre da influência do Estado, da religião e da economia (32). Aliás, Heliodoro Salgado, num texto sobre «casamentos, união livre e família», diz que para sua organização nada mais é necessário do que dois amores correspondidos e, se houver a intervenção da Igreja, esta intervenção é de um terceiro e, portanto, adúltero.» Pior ainda se esse terceiro, sendo um ser a quem é vedado constituir família, porque não pode legitimamente ter mulher sua, é sempre levado a cobiçar as dos outros. Em cada padre que abençoa noivos, há um sátiro roído de inveja. A estola sacerdotal é uma serpente portadora deste veneno letal: o adultério» (33). Ainda o mesmo autor, referindo-se ao Registro Civil, reafirma a intervenção de um terceiro — o Estado representado no Escrivão — e o envolvimento da legislação e, desde que se torne preciso a intervenção da lei, é porque o amor cessou». Assim, para o Anarquismo, a família, libertada das instituições estatais, religiosas e econômicas, passará a ter apenas por base e por lei o amor.

Apesar deste aparente amor livre, o código moral anarquista é severo. A prática dos esportes, o lazer, as representações artísticas eram alvo de crítica. O futebol era considerado «um jogo bom para os parasitas e os ociosos que precisam de exercitar os músculos em um trabalho inútil, desprezando ao mesmo tempo o trabalho útil e os que o fazem» (34).

Combatendo o álcool, o fumo e, em geral, sendo vegetarianos, consideravam o baile não ginástico nem higiênico, nem moral, só servindo «para manter os sentidos excitados» (35).

É representativo, aliás, o texto também transcrito por Boris Fausto e publicado no moralíssimo jornal «Terra Livre»:

«Quando começa o baile assiste-se à cena mais repugnante deste mundo, capaz de nausear as próprias meretrizes. A orquestra entoa as primeiras notas para saltar, e todos aqueles espasmados mancebos correm como loucos em busca da mais bem feita, para satisfazerem a ânsia de a apertar nos braços, de lhes revelar todo o seu desejo de posse, pois daquele amplexo, daquele enlace lidibinoso, daquele reciprocar roçamento, daquela cócegas, não pode resultar senão a excitação dos sentidos de ambos. Então ali está o homem, o macho, não para conhecer e conquistar uma alma uma companheira, mas para gozar a fêmea, corrompê-la e abandona-la à prostituição.» (36)

Se rejeitavam assim um «inofensivo baile», o que dizer do carnaval, que tanta atração já exercia sobre os trabalhadores? Vejamos:

«O que mais nos degrada e indigna é que são sobretudo os operários que levam os filhos e as mulheres ao apalramento e beliscão no meio da turba ébria e inconsciente e que depois têm escrúpulo — os patifes — de lhes darem a ler algum opúsculo ou de as levarem a alguma conferência de propaganda pela emancipação, pela redenção deles próprios, deste corrupto meio de fufiões, padres e policiais». (37)

Finalmente, Malatesta ainda enumera, dentro das propostas anarquistas, a guerra às rivalidades e os prejuízos patrióticos, abolição das fronteiras e a confraternização de todos os povos. (38) As forças armadas são constituídas de proletários para sustentarem a luta dos ricos contra os pobres, sob a bandeira do patriotismo convertido em elemento psicológico de «obediência para fins egoístas», para «repressão violenta e brutal dos famintos e desafortunados...».

«A propriedade particular e a concorrência geram ambições internacionais, rivalidades comerciais, necessidades imperialistas de colônias e mercados de escoamento. Essa luta de interesses pecuniários suscita as guerras, para as quais devem sempre achar-se preparadas as nações, isto é, os grupos capitalistas das diversas nações. A todo serviço, pois, da Marinha de Guerra, de Exércitos permanentes, serviço puramente feito em vista de futuras tremendas destruições com as guerras sempre em perspectiva por causa dos interesses de cada grupo capitalista, é um desperdiçador incomparável de energias». (39)

Dentro destes princípios, os anarquistas organizaram grandes manifestações anti-bélicas, como por exemplo, na época da guerra russo-japonesa, da guerra balcânica de 1904-1905 e na própria deflagração mundial de 1914. Quanto ao anti-nacionalismo, manifestaram-se contra a campanha nacionalista de Olavo Bilac, que consideravam essencialmente de caráter burguês, ao mesmo tempo que, por ocasião da promulgação da Lei Adolfo Gordo, no início do século, comícios, greves e panfletos foram distribuídos contra a expulsão dos estrangeiros do Brasil.

CONCLUSÕES

Uma análise do Anarquismo no Brasil feita pela historiografia moderna ainda está longe de ser real. Os estudos oficiais de História do Brasil praticamente omitem a existência e a influência dos movimentos ideológicos na Primeira República, em qualquer nível social, preocupando-se com a tradicional descrição ou, quando mais, da análise tendenciosa dos acontecimentos históricos em que a elite política, econômica ou social aparecem no tópo. A historiografia brasileira sempre foi e tem sido, salvo excessões mais recentes, uma arte de ver a História só de cima para baixo. Por isto, naturalmente, tem deixado os verdadeiros assuntos sociais em esquecimento.

Por outro lado, ainda pelo fato de as ideologias que foram difundidas na Primeira República terem sido, ao longo do tempo, mais ou menos pressionadas pela repressão oficial, a literatura de propaganda sempre foi considerada subversiva e, portanto, à margem daquilo que tradicionalmente tem os historiadores considerado como fonte histórica, erradamente. O material que existe é porque foi guardado, escondido, e pouco acesso a ele se tem, hoje, a não ser

em coleções particulares no país e mesmo fora dele, além de arquivos guardados em universidades.

Ultimamente, por motivos vários, as publicações novas ou reedições tem sido mais freqüentes, principalmente no que concerne à memórias, de maneira que a divulgação e o conhecimento das fontes para serem utilizadas por uma bibliografia moderna, nas vem com um atraso de mais de meio século. Naturalmente que este aspecto vai exigir do cientista social uma reflexão maior, mais profunda, antes da divulgação de idéias mais interpretativas.

De qualquer maneira, os fenômenos sociais ocorridos na Primeira República e as influências que eles receberem do exterior através de ideologias não podem deixar de ser estudados e considerados dentro de uma devida posição na História do Brasil.

É o caso do Anarquismo, do Comunismo, do Socialismo e de outras ideologias que influenciaram diretamente ou não o povo brasileiro em determinadas épocas.

A maior ou menor influência do movimento, sua influência ou não sobre o operário, no caso, dependerá, naturalmente, do tipo de fonte que o cientista disporá e da própria maneira como ele utilizará estas fontes.

Leôncio Basbaum, um dos intelectuais banidos do antigo PC por ocasião do movimento obreirista dentro de Partido, em sua «História Sincera da República» parece querer insinuar a pouca importância do Anarquismo e do Socialismo na época, destacando, naturalmente, a função dos comunistas (40). Por outro lado, as memórias de Everardo Dias, Astrogildo Pereira, Edgar Rodrigues e Hermínio Linhares, a maioria, senão todos, de origem anarquista e que passaram, posteriormente para o PC, são unânimes em afirmar a importância do movimento (41).

Em muitos momentos anarquistas, socialistas e comunistas andaram lado a lado, de mãos dadas mesmo, principalmente durante as greves de 1917 em São Paulo e a de 1918, no Rio de Janeiro, além de outros movimentos, principalmente através das páginas dos jornais operários, liberais, que aceitavam contribuições diversas, onde «não se delimitavam muito as esferas ideológicas nem se faziam rigorosas divisões de tendências, como hoje sucede. Nos jornais escreviam anarquistas e socialistas, indiferentemente...» (42). Entretanto, nas publicações mais sectárias, cujo objetivo era a propaganda ideológica, essencialmente, as lutas, oposições, críticas, eram graves e severas. Apesar de tudo, é necessário que se observe, quase nunca saíram de uma linguagem elevada, intelectualizada mesmo. O nível mais baixo de linguagem crítica era deixado às acusações contra o clero, o Estado, os militares: para a classe dominante, enfim.

De qualquer maneira, o movimento anarquista, libertário, teve sua importância que não deve ser esquecida.

*Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil.*

NOTAS

01. Antônio Paim, **HISTÓRIA DAS IDÉIAS FILOSÓFICAS NO BRASIL**, São Paulo, Grijalbo-Edusp, 1974. p. 305.
02. Boris Fausto, **TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL**, São Paulo, Difel, 1977.
03. Nícia Vilela Luz, **A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: 1808 a 1930**, São Paulo, Alfa Omega, 1975. p. 104.
01. Antônio Paim, **HISTÓRIA DAS IDÉIAS FILOSÓFICAS NO BRASIL**, São Paulo, Grijalbo-Edusp, 1974. p. 305.
02. Boris Fausto, **TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL**, São Paulo, Difel, 1977.
03. Nícia Vilela Luz, op. cit. p. 104.
04. Boris Fausto, ob. cit., p. 18.
05. Maria Tereza Schorer Petrone, **IMIGRAÇÃO**, in **HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, III, O BRASIL REPUBLICANO 2. Sociedade e Instituições 1889-1930**. dir. de Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1978.
06. Maria Tereza S. Petrone, *ibid.*, p. 96.
07. Maria Tereza S. Petrone, *ibid.*, p. 103.
08. Paulo Sérgio Pinheiro, **O PROLETÁRIO INDUSTRIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA**, in **HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**. ob. cit., p. 139.
10. Boris Fausto, ob. cit., p. 33.
11. Hermínio Linhares, **CONTRIBUIÇÃO À INDÚSTRIA DAS LUTAS OPERÁRIAS NO BRASIL**. São Paulo, Alfa Omega, 1977.
12. Hermínio Linhares, ob. cit., p. 33.
13. Edgard Leuenroth, **OS ANARQUISTAS NO MOVIMENTO OPERÁRIO**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.
14. Relatório policial italiano sobre os anarquistas no Brasil (1909), in Paulo Sérgio Pinheiro e Michel M. Hall, **A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL, 1889-1930**. Documentos, v. 1, O Movimento Operário. São Paulo, Alfa Omega, 1979.
15. A respeito do assunto, ver Newton Stadler de Souza, **O ANARQUISMO DA COLÔNIA CECÍLIA**. Rio de Janeiro, Civilização, 1970.
16. Maria Nazaré Ferreira, **A IMPRENSA OPERÁRIA NO BRASIL, 1880-1920** Petrópolis, Vozes, 1978.
17. Jornal «La Barricata», 16.03.1933, cit. Paulo Sérgio Pinheiro e Michel M. Hall, ob. cit.
18. Bakunin, **A DUPLA GREVE DE GENEVE**, in **O SOCIALISMO LIBERTÁRIO**. São Paulo, Global, 1979.
19. Daniel Guérin, **AS IDÉIAS FORÇA DO ANARQUISMO**, in **O ANARQUISMO E A DEMOCRACIA BURGUESA**. São Paulo, Global, 1979. p. 9.
20. Bakunin, **O ESTADO: ALIENAÇÃO E NATUREZA**, in **ANARQUISMO E A DEMOCRACIA BURGUESA**. ob. cit., p. 32.
21. José Oiticica, **PARLAMENTO, LEI E JUSTIÇA**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**. ob. cit., p. 196.
22. Citado por Sheldon Maram, **ANARQUISTAS, IMIGRANTES E O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO — 1890-1920**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 74.
23. Errico Malatesta, **PRINCÍPIOS GERAIS DO ANARQUISMO**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**. ob. cit., p. 17.
24. in «Revista Liberal, Porto Alegre.
25. Bakunin, **A INSTRUÇÃO INTEGRAL**, in **O SOCIALISMO LIBERTÁRIO**, ob. cit., p. 32.
26. Bakunin, *ibid.*, p. 43.
27. Boris Fausto, ob. cit.,
28. José Oiticica, **A RELIGIÃO**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**. ob. cit.
29. «A Lanterna», 07.03.1901, cit., por Boris Fausto, ob. cit., p. 84.
30. «A Lanterna», 18.06.1910, cit. por Boris Fausto, *ibid.*
31. «A Lanterna», 11.07.1903, cit. por Boris Fausto, *ibid.*
32. Malatesta, **PRINCÍPIOS GERAIS DO ANARQUISMO**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**, ob. cit.
33. Heliodoro Salgado, **CASAMENTOS, UNIÃO LIVRE E FAMÍLIA**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**, ob. cit.

34. «Terra Livre», 23.12.1907, cit. Boris Fausto, ob. cit.
36. «Terra Livre», 09.12.1907, cit. Boris Fausto, ob. cit.
37. «Terra Livre», 17.02.1910, cit. Boris Fausto, ob. cit.
38. Malatesta, **PRINCÍPIOS GERAIS DO ANARQUISMO**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**, ob. cit.
39. José Otíctica, **A ORGANIZAÇÃO MILITAR**, in **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**, ob. cit.
40. Leônico Basbaum, **HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA**, vol. 2, São Paulo, Alfa Omega, 1975-76.
41. Everardo Dias, **HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL**. São Paulo, Alfa Omega, 1977, Astrogildo Pereira, **ENSAIOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS**. São Paulo, Alfa Omega, 1979; Edgar Rodrigues, **ALVORADA OPERÁRIA**, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979, Herminio Linhares, ob. cit.
42. Everardo Dias, ob. cit., p. 51.

BIBLIOGRAFIA

- BASBAUM, Leônico, **HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA**, vol. 2, de 1889 a 1930. São Paulo, Alfa Omega, 1975-76.
- BAKUNIN, **O SOCIALISMO LIBERTÁRIO**. São Paulo, Global, 1979.
- CARONE, Edgar, **A REPÚBLICA VELHA I**. Instituições e Classes Sociais (1889-1930). São Paulo, Difel, 1979.
- CARONE, Edgar, **MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1877-1944)**. São Paulo Difel, 1979.
- CARONE, Edgar, **A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)**. São Paulo, Difel, 1979.
- CERQUEIRA Filho, Gisálio, **A INFLUÊNCIA DAS IDÉIAS SOCIALISTAS NO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO (1890-1922)**. São Paulo, Loyola, 1978.
- DIAS, Everardo, **HISTÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL**. São Paulo, Alfa Omega, 1977.
- DULLES, John W. Foster, **ANARQUISTAS E COMUNISTAS NO BRASIL**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Boris, **TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL**. São Paulo, Difel, 1977.
- FAUSTO, Boris, dir. **HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA III— O BRASIL REPUBLICANO 2**. Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo, Difel, 1978.
- FERREIRA, Maria Nazaré, **A IMPRENSA OPERÁRIA NO BRASIL — 1880-1920**. Petrópolis, Vozes, 1978.
- LEUENROTH, Edgard, **ANARQUISMO, ROTEIRO DA LIBERTAÇÃO SOCIAL**. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.
- LINHARES, Herminio, **CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DAS LUTAS OPERÁRIAS NO BRASIL**. São Paulo, Alfa Omega, 1977.
- LUZ, Nícia Vilela, **A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL: 1808-1930**. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- MALATESTA, BAKUNIN, KROPOTKIN, ENGELS e D. GUÉRIN, **O ANARQUISMO E A DEMOCRACIA BURGUESA**. São Paulo, Global, 1979.
- MARAM, Sheldon L. **LABOR AND LEFT IN BRASIL. 1890-1921**. A Movement Aborted, in **HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW**, vol. 57, n° 2, Duke University Press, 1977.
- MARAM, Sheldon L. **ANARQUISTAS, IMIGRANTES E O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO — 1890-1920**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PAIM, Antonio, **HISTÓRIA DAS IDÉIAS FILOSÓFICAS NO BRASIL**. São Paulo, Grijalbo-Edusp, 1974.
- PEREIRA, Astrogildo, **ENSAIOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS**. São Paulo, Alfa Omega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sergio e Hall, Muchael M. **A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL, 1889-1930**. Documentos — vol. 1. O Movimento Operário. São Paulo, Alfa Omega, 1979.
- RODRIGUES, Edgar, **ALVORADA OPERÁRIA**. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979.
- SOUZA, Newton Stadler de, **O ANARQUISMO DA COLÔNIA CECÍLIA**. Rio de Janeiro, Civilização, 1970.